

Do “Brasil” de Rousseau ao “Brasil” de Defoe: Indivíduo e Novo Mundo*

Raquel de Almeida Prado

Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo.

Tanto St.-Preux, o herói do romance de Rousseau (*A Nova Heloísa*), quanto o Robinson Crusoe de Daniel Defoe passam pelo Brasil no início da viagem que deve levá-los, no primeiro caso, à sociedade ideal instituída por Júlia e Wolmar e, no segundo, à ilha deserta onde o *homo economicus* consuma o seu destino de conquistador. A maneira segundo a qual essa passagem é referida nos dois romances, ora servindo de pretexto para uma reflexão crítica, que denuncia a exploração do homem pelo homem, ora ilustrando essa mesma exploração – Robinson é engajado no Brasil a vender escravos –, permite uma comparação que revela o abismo ideológico que separa o filósofo genebrino do romancista inglês. Diante dessa constatação, ainda resta imaginar o que teria levado Rousseau a eleger *Robinson Crusoe* como única leitura de Emílio, no seu tratado de educação: a partir daí, podemos concluir, propondo dois modelos divergentes da afirmação individualista na história da formação do romance moderno.

Tomamos como ponto de partida a análise desenvolvida por Ian Watt, em que ele se refere ao autor do *Emílio* como um dos principais responsáveis pela elevação do personagem de Defoe à condição de “mito” do individualismo moderno. Segundo ele, os personagens originais de Fausto, Dom Quixote e Dom Juan, que encarnam as energias positivas e individuais do Renascimento, entram em conflito com as forças da Contra-Reforma e são punidos por isso. Robinson Crusoe, cujo individualismo é antes fruto da Reforma do que do Renascimento, figura nesse contexto, marcado pela derrocada da ordem medieval, como uma etapa no caminho da consagração do ideal individualista.

* Texto apresentado no VII Congresso da ABRALIC (Salvador, 2000).

É com verdadeiro vigor épico que Watt encena esse confronto entre as forças da Tradição e da Hierarquia e o anseio do indivíduo moderno por emancipação. Mas a cena mais bela dessa fascinante reconstituição histórica é uma pequena cena, de forte valor simbólico, que ilumina com sua luz trêmula de taberna um dos capítulos mais interessantes da história da literatura. Trata-se do episódio, ocorrido num restaurante muito significativamente chamado *Zum Geist*, em que Herder e Goethe encontram-se pela primeira vez. Desse encontro com o ideólogo do mito, o poeta pode ter saído inspirado, sugere Watt, para conceber, nesse mesmo ano, o projeto de sua versão do Fausto. Esse episódio merece destaque, porque simboliza o exato momento em que se forma o "mito do individualismo moderno", transformando um personagem obscuro, que impressionara a imaginação renascentista com vapores sulfurosos, numa criatura emblemática e exemplar.

No livro de Watt, pois, essa idéia de uma "virada" pré-romântica parece correr paralela a outra interpretação, que vê, na passagem da versão renascentista para a consagração literária do individualismo, uma evolução gradual, onde as aventuras de Robinson Crusoe figuram como uma etapa, em que os elementos punitivos já não se apresentam de forma tão rigorosa. Jean-Jacques, no seu elogio reiterado do aventureiro solitário, nas páginas do *Emílio*, parece avançar ainda mais, no sentido de libertar o indivíduo da tutela da tradição, o que faz dele, de alguma forma, um autêntico precursor do romantismo. O que Watt encampa aqui, atribuindo a Rousseau um papel decisivo na formação mitológica do indivíduo moderno, é a ascendência reivindicada pelo próprio romantismo, que fez de Jean-Jacques, mais do que de Robinson, um de seus maiores heróis.

A abertura da obra autobiográfica do pensador suíço confirma até certo ponto a vocação individualista de seu autor. De fato, quando este afirma: "Empreendo um projeto que nunca teve exemplo e não terá imitadores. Quero mostrar a meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza, e esse homem, serei eu. Apenas eu"¹ – no "apenas eu" provocativo que rejeita qualquer comparação, inclusive aquela que se impõe entre suas *Confissões* e as de Agostinho (o mais ilustre predecessor), o desafio individualista é explícito e incontestável. Mas, ao longo dos doze livros que se seguem, o leitor é levado a compadecer-se do destino infeliz do andarilho desencaminhado, que rompe todos os laços com a sua comunidade, família e religião, expondo-se a terríveis forças retaliadoras.

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Oeuvres Complètes*. Paris, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 1961, Vol. I, p. 5.

Esse recuo da afirmação individualista encontra eco nas páginas das obras mais importantes de Rousseau, desde a teoria política do *Contrato Social*, onde se impõe como objetivo ao legislador a transformação de cada indivíduo numa parte do todo, até a pedagogia do *Emílio*, que defende o exemplo do cidadão romano, que "não era Caius nem Lucius, [mas] um cidadão romano"², passando pelo romance, *A Nova Heloísa*, onde o sacrifício individual da heroína é necessário ao restabelecimento da ordem, ditada pela sua própria consciência moral.

O sacrifício, pois, da paixão amorosa, ao mesmo tempo individualizante e alienante, conduz Júlia ao casamento virtuoso e leva seu amante a afastar-se, trocando o idílio campestre da Suíça natal por uma longa volta ao mundo. É aí que seu destino se cruza com o de Robinson Crusoe, na passagem pela ilha de Juan Fernández, onde ficara retido um dos prováveis modelos de Defoe, o marinheiro escocês Alexandre Selkirk. Mas, enquanto essa ilha paradisíaca evoca os devaneios da idade de ouro na sua versão rousseauniana – ou seja, uma hipótese abstrata a partir da qual é possível medir a distância que separa a atualidade histórica do modelo ideal –, é nas costas do Brasil que St.-Preux é levado a constatar o grau de degenerescência da natureza humana.

"Vi as costas do Brasil de onde Lisboa e Londres extraem seus tesouros e cujos povos miseráveis caminham sobre o ouro e diamantes sem ousar tocá-los". No México e no Peru, assim como no Brasil, ele viu "seus raros e infelizes habitantes, tristes restos de dois poderosos povos, esmagados por grilhões, opróbrios e misérias em meio a seus ricos metais, exprobar ao Céu, chorando, os tesouros que lhes prodigou"³. Sensível à tragédia da escravidão e do genocídio, como poucos em seu século, Rousseau transforma o Brasil em símbolo doloroso da iniquidade, que lhe inspira essas páginas de *A Nova Heloísa* onde melhor se expressa sua indignação contra a civilização européia – num romance que, freqüentemente, pode parecer um tanto conservador.

Esse aparente conservadorismo decorre justamente do que pode ser visto como "recuo da afirmação individualista", na idealização da utopia paternalista e virtuosa, de costumes regrados com rigidez, na pequena comunidade de Clarens, instituída, na ausência de St.-Preux, por Júlia e seu marido Wolmar. No entanto, além do rigorismo da moral sexual de Rousseau, que encontra um paralelo no utilitarismo puritano de

² ROUSSEAU, *Oeuvres Complètes*, Vol. IV, p. 249.

³ *Idem. Júlia ou A Nova Heloísa*. Trad. de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo/Campinas, HUCITEC-Unicamp, 1994, p. 362.

Robinson Crusoe, é preciso considerar o abismo que se abre entre o individualismo econômico deste último e a crítica rousseauiana da sociedade.

Antes de concluir o seu *Mitos do Individualismo Moderno*, Ian Watt já dedicara a Daniel Defoe um lugar de destaque na história da formação do romance realista (em *A Ascensão do Romance*⁴). Segundo ele, *Robinson Crusoe* pode ser considerado o primeiro "romance" de fato, no sentido moderno, pois ao contrário dos personagens da ficção anterior, figuras alegóricas que dependem de um esquema transcendental, o herói de Defoe vem preencher o espaço literário aberto pela filosofia do empirismo inglês, "a vanguarda política e psicológica do individualismo nascente".

Quando embarca, contrariando seus pais, decidido a fazer fortuna em outras terras e outros mares, Robinson rompe os laços tradicionais de pátria e família e submete todos seus valores morais ao interesse econômico. Quando, por exemplo, no início de suas aventuras, um capitão português lhe oferece sessenta moedas pelo menino mouro que o ajudara a escapar do cativo, Robinson aceita a barganha e vende seu leal companheiro, diante de uma vaga promessa de libertação futura. Mas é mesmo no Brasil – mais precisamente, na Baía de Todos os Santos – que, algum tempo depois, tendo alcançado um estado confortável de senhor de engenho, Robinson chega a se engajar seriamente no comércio de escravos. É nessa viagem em busca de mercadoria humana, que ele sofre o naufrágio que deve levá-lo à famosa ilha deserta, onde, com a ajuda do dócil Sexta-feira, ele vai colocar em prática todas as suas virtudes produtivas e acumulativas⁵.

A viagem solitária e a descoberta do Novo Mundo, no caso de St.-Preux, proporciona-lhe aquele distanciamento crítico que permite uma avaliação mais justa das instituições sociais e políticas de seu próprio mundo. Nisso, Rousseau apenas acrescenta sua contribuição pessoal a um gênero muito explorado, em inúmeras variantes, desde os convencionais relatos de viagens, até as correspondências persas, turcas ou chinesas, ou seja, o esquema oposto e complementar do olhar do "outro": o ingênuo e puro estrangeiro que revela os abusos e contradições da civilização européia. Tendo conhecido as misérias do mundo, St.Preux volta capaz de apreciar o esforço comunitário realizado na pequena sociedade de Clarens, onde a divisão das consciências é superada pela submissão individual ao ideal coletivo.

⁴ Cf. WATT, I. *A Ascensão do Romance*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵ Cf. DEFOE, D. *The Life and Adventures of Robinson Crusoe*. Versão on line.

Existe, pois, afirmação individualista de fato em *A Nova Heloísa*, desde as primeiras páginas, onde o amor dos jovens heróis se confronta com as convenções do regime aristocrático, e a consciência moral se eleva acima dos dogmas da religião oficial. Trata-se, porém, de um individualismo que, logo que avança, recua, trocando as convenções vigentes da atualidade histórica por um modelo de ideal cívico, de inspiração vagamente platônica.

Assim, na obra pedagógica, em que Rousseau propõe o *Robinson Crusoe* como o único livro que Emílio pode ler, em tenra idade, *A República*, de Platão, também é citada, como o mais belo tratado de educação já escrito. Todo o problema do educador moderno consiste em formar um Cidadão, quando não existe mais Pátria. A comunidade utópica de Clarens é uma resposta possível a esse problema. Por outro lado – e no extremo oposto da estrita regulamentação da economia agrária de Clarens, nos moldes da Utopia clássica –, a ilha de Robinson transforma-se no paraíso aberto do *laissez-faire*, e faz dele o maior herói do liberalismo econômico de todos os tempos.

A perfeita incompatibilidade entre os dois sistemas ideológicos parece clara, e resta explicar o papel desempenhado pelo *Robinson Crusoe* na educação de Emílio. Para começar, a tradução provavelmente conhecida por Rousseau, que transforma, como era de praxe, o estilo inglês, um pouco cru para o gosto dos franceses, não conserva o mesmo grau de utilitarismo que dá o tom à versão original. "Ó! Natureza!", exclama em francês o Robinson traduzido, diante de um milharal. Como bem o nota Ian Watt, a "natureza" de Defoe pede aproveitamento, e não adoração⁶. Além dessa leitura atravessada de uma tradução infiel, Rousseau também prefere descartar toda a "tralha" que enquadra o romance – a viagem, o cativo, o garoto mouro, a passagem pelo Brasil, o retorno à Inglaterra e a fortuna feita –, pretendendo conservar apenas Robinson na sua ilha, o que reforça o caráter abstrato que ele quer conferir-lhe. Quem é Robinson para Jean-Jacques? No primeiro livro do *Emílio*, em determinado momento, Rousseau afirma: "Nosso verdadeiro estudo é aquele da natureza humana". Para tornar possível esse estudo, é preciso "generalizar nosso ponto de vista", ou seja, considerar no aluno o "homem abstrato, o homem exposto a todos os acidentes da vida humana". O modelo ideal desse homem abstrato, no qual Emílio pode mirar-se, é reconhecível no Robinson descarnado que a tradução infiel e o enxugamento da narrativa proposto por Rousseau foram capazes de substituir ao herói de Defoe.

⁶ WATT, I. *Mitos do Individualismo Moderno*. Trad. de Mario Pontes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1966, p. 181.

Todo o progresso alcançado por Defoe, no sentido de representar um personagem liberto de subordinações alegóricas, um indivíduo perfeitamente autônomo evoluindo no tempo e no espaço concretos e contextualizados, toda a representação realista, enfim, do personagem desaparece na apropriação idealizante que Rousseau faz de Robinson Crusoe. Tanto aqui como em *A Nova Heloísa*, de fato, podemos conferir que o realismo formal, tal como o define Watt, pouco deve ao romance francês do século XVIII, dividido entre um ideal estético classicizante e a batalha filosófica contra o *Ancien Régime*. O que não quer dizer que Jean-Jacques não descubra também, por outras vias, novos e ricos filões a serem explorados pelo romance moderno: só para citar um exemplo, entre Agostinho e Proust, as *Confissões* de Rousseau se elevam como uma das maiores expressões da autoconsciência na forma literária.

Cabe destacar, sobretudo, a atualidade sempre provocante de um engajamento político, capaz de nos comover ainda hoje, após quinhentos anos de História, ao reconhecermos nas páginas de um romance envelhecido como *A Nova Heloísa* a cara de um país que não mudou muito. Tampouco o Brasil de Defoe parece distante do nosso: entre o dele e o de Rousseau, muda apenas o ponto de vista: de um lado aquele do individualismo econômico, na sua expressão mais pura, de outro, uma forma *sui generis* de individualismo cívico, que supera a divisão interna do indivíduo moderno na reconciliação comunitária dos corações transparentes.

Resumo: Trata-se aqui de mostrar a distância que separa a representação do indivíduo na obra de Rousseau daquela de Defoe, apesar da eleição, no *Emílio*, de Robinson Crusoe como modelo do "homem natural".

Palavras-chave: J.-J. Rousseau, D. Defoe, romance, século XVIII, indivíduo, realismo

Abstract: Here the difference between the representation of the individual in Rousseau's and in Defoe's works is considered, in spite of the choice of Robinson Crusoe, in *Emile*, as the model of the "natural man".

Keywords: J.-J. Rousseau, D. Defoe, novel, eighteenth century, individual, realism